
A inclusão do sujeito surdo no ensino regular do ponto vista de alunos surdos, familiares, professores e intérpretes

Daline Backes Eyng

Mestre em Distúrbios da Comunicação - UTP

Ana Cristina Guarinello

Doutora em Estudos Linguísticos - UFPR

Docente do Curso de Graduação em Fonoaudiologia e do Mestrado e Doutorado em Distúrbios da Comunicação - UTP

Giselle Massi

Doutora em Estudos Linguísticos - UFPR

Docente do Curso de Graduação em Fonoaudiologia e do Mestrado e Doutorado em Distúrbios da Comunicação - UTP

Rita Tonocchi

Doutora em Estudos Linguísticos - UFPR

Docente do Curso de Graduação em Fonoaudiologia e do Mestrado e Doutorado em Distúrbios da Comunicação - UTP

Ana Paula Berberian

Doutora em História - PUC/SP

Docente do Curso de Graduação em Fonoaudiologia e do Mestrado e Doutorado em Distúrbios da Comunicação - UTP

Resumo

O objetivo dessa pesquisa foi apresentar sugestões de professores, intérpretes, pais e alunos surdos para a melhoria do processo de inclusão educacional de surdos no ensino regular. Para atender o objetivo proposto, foram aplicados questionários a respeito das sugestões para a inclusão de alunos surdos aos quatro grupos de sujeitos, vinculados aos alunos surdos matriculados no ensino regular, no município de Medianeira/PR. Como resultados cada grupo apresentou sugestões acerca do processo de inclusão escolar dos alunos surdos, sendo que as principais sugestões apresentadas foram: uso de metodologia diferenciada; inserção da Libras no currículo de formação de docentes; maior aceitação do surdo pela comunidade escolar; atendimento educacional especializado para o aluno surdo; e, avaliação constante da apropriação de conteúdos por esses alunos. A pesquisa demonstrou que professores e intérpretes tem a percepção de que são necessários ajustes no processo educacional inclusivo, porém a maioria dos familiares e alunos surdos preferiram não se manifestar. Receber e matricular surdos no ensino regular não contempla a necessidade de apropriação do conhecimento desses alunos. Para que isso ocorra, são necessárias várias modificações no sistema educacional brasileiro, como metodologias apropriadas para a realidade visual do aluno surdo, adaptações curriculares e a adoção de Políticas Públicas que atendam as diretrizes da proposta inclusiva. Dessa forma, a pesquisa demonstrou a importância da participação de todos os sujeitos (professores, intérpretes, familiares e alunos surdos) na reorganização da escola, na perspectiva da educação inclusiva, cabendo a cada um, uma parcela de responsabilidade nesse processo educacional.

Palavras-chave: Linguagem. Inclusão. Surdez. Escola. LIBRAS.

Abstract

The objective of this research was to present suggestions of teachers, interpreters, deaf students and his parents about the educational inclusion process improvement. For that, questionnaires about these suggestions were applied to the four groups of research subjects, linked to enrolled students on regular schools at Medianeira/Pr city. The main suggestions presented by each group were: using a different methodology with deaf students, sign language insertion on teacher`s trainee program, deaf people acceptance in the scholar community, specialized education care for deaf students, and also frequent educational performance evaluation. The research showed that on teachers and interpreters perception, adjustments on inclusive educational process are needed, but most deaf students and their families did not manifest about it, it seems that for them the inclusion process is really happening. So that, just enrolled the deaf student on regular schools does not ensure the knowledge appropriation. On this way, several modifications are needed on Brazilian education system, such as, to improve the visual methodologies use, curriculum adaptations and the adoption of public policies that attend the inclusion proposal. This work demonstrated that all research subjects (teachers, interpreters, families and deaf students) have responsibilities on school reorganization, to make the inclusion process possible.

Keywords: Language. Inclusion. Deafness. School. Signal Language.

Introdução

Historicamente o surdo foi percebido sob a perspectiva médica da deficiência, adotando-se uma concepção de incapacidade, e desconsiderando a noção de diferença. Conforme aponta Guarinello (2007), quando se fala de surdez, sob a perspectiva sócio-histórica, é preciso abandonar os paradigmas da deficiência e perceber o sujeito enquanto um ser passível de comunicação, que necessita de formas de educação diferenciadas, com um olhar voltado às suas características próprias, e, por isso, dentro de uma concepção de diferença, e não de deficiência.

A autora considera ainda que, a ênfase dada ao trabalho com surdos deve adotar a concepção de língua como atividade discursiva, pois segundo ela, por meio dessa concepção, o sujeito é “engajado em atividades sócio-culturais, nas quais o adulto é o mediador entre a criança e o objeto linguístico” (p. 36), de forma que a linguagem passa a ser uma construção do sujeito.

No entanto, apesar desse entendimento por muitos profissionais que atuam diretamente com sujeitos surdos no ensino regular, sabe-se que a prática desenvolvida com os mesmos, em geral, não atende suas particularidades linguísticas e de apropriação do conhecimento, de forma que a proposta de inclusão ainda não contempla a realidade educacional desses alunos.

Mesmo após a regulamentação da Lei 10.436/2002 e posteriormente do Decreto 5.626/2005, que definiram uma proposta educacional bilíngue para os surdos no contexto educacional inclusivo, poucas foram as instituições escolares que conseguiram implementá-la, na prática. E, desde então, vários estudos e pesquisas foram realizados, com o intuito de verificar o processo educacional do surdo no ensino regular e seus meandros.

Camarotti (2007) realizou uma pesquisa com familiares de surdos, a fim de verificar a percepção destes com relação ao processo de escolarização de seus filhos. Segundo a autora, mesmo após a implementação de políticas de inclusão, e do Decreto 5.626/2005, a escola permanece adotando as mesmas metodologias que adotava antes, somente com alunos ouvintes, não oferecendo ao surdo, condições adequadas para sua necessidade educacional. De acordo com a percepção de familiares, a autora concluiu que a escola pouco

contribuiu para ampliar os conhecimentos do aluno surdo, cumprindo apenas o papel de proporcionar a este, a matrícula no ensino regular, oferecendo um processo de ensino-aprendizagem pautado nas necessidades de alunos ouvintes, sem levar em conta as particularidades que envolvem a educação do aluno surdo.

Guarinello *et al.* (2008), discutiram a presença do intérprete na inclusão do aluno surdo na universidade e sua participação na apropriação dos conhecimentos pelos alunos surdos. Segundo as autoras, a inserção do intérprete na sala de aula, pode ser entendida como uma maneira de minimizar as dificuldades dos surdos, já que, em geral, estes encontram uma desigualdade linguística no ambiente escolar, por não ter uma língua compartilhada com seus colegas e professores ouvintes, no entanto, ainda não é suficiente para uma inclusão educacional efetiva, tendo em vista que, em grande parte dos casos, o aluno precisa optar por algumas disciplinas na qual terá a presença do intérprete, ou seja, nas demais não será possível, ficando o mesmo a mercê da leitura labial, ou de outras formas de absorção do conteúdo ministrado em aula.

Na mesma direção, Martins e Machado (2009) afirmam que a atual proposta bilíngue trouxe atrelada à si a figura do intérprete de língua de sinais, que passou a ser visto como essencial nesse processo. Porém, as

autoras descrevem que a inclusão não se concretiza apenas com presença desse profissional, mas são inúmeras as necessidades e dificuldades encontradas nesse processo, tanto por professores, intérpretes, alunos surdos e ouvintes, tais como: a ausência de um ambiente preparado para receber o aluno surdo; a falta de adaptações curriculares para atender as necessidades específicas do surdo; o pouco preparo de professores e intérpretes para a inclusão; assim como o papel desempenhado pelo intérprete, que segundo as autoras, tem a finalidade educacional, e não apenas de tradutor e intérprete do conteúdo escolar.

Ainda sobre a atuação de intérpretes, Santos (2009) aponta que, não somente os professores devem ser capacitados para atuar com alunos surdos, como também os intérpretes, pois segundo ela, deveriam ser adotadas políticas públicas específicas para a atuação destes, no meio educacional.

Vieira (2008) percebeu que os professores que trabalham com alunos surdos usavam práticas pedagógicas pautadas na educação de ouvintes, assim, não realizavam adaptações metodológicas específicas para atuar com surdos. Além disso, apontou uma falta de preparo dos professores e da escola para atuarem com esses alunos, e uma ausência de políticas consistentes para nortear a educação de surdos na perspectiva inclusiva.

Da mesma forma, Tenor (2008) realizou uma pesquisa com professores da educação infantil e do ensino fundamental que possuem alunos surdos matriculados, a fim de verificar como ocorre na prática, a educação inclusiva. Segundo ela, a pesquisa possibilitou perceber que não existe ainda, por parte dos professores, a percepção da necessidade de utilização de uma língua em comum, o que faz com estes não possuam expectativas com relação ao processo de ensino-aprendizagem e letramento dos surdos.

Nesta mesma pesquisa, a autora descreve que, grande parte dos professores associa o desenvolvimento da linguagem de alunos surdos, à necessidade de oralização dos mesmos, evidenciando a falta de conhecimento e preparo destes profissionais para atuarem com surdez.

Bervig (2010) realizou uma pesquisa na rede municipal de ensino do município de Palmas/PR, com o intuito de analisar o processo de inclusão de alunos surdos no ensino regular, levando-se em consideração as políticas educacionais acerca da inclusão e a formação específica de professores para atuarem com surdez. Após entrevista com professores e análise dos dados, a autora concluiu que, apesar da formação de professores na área, a efetividade do processo de inclusão esbarra ainda na comunicação com esses alunos, nos recursos pedagógicos, e na insegurança

de professores com relação ao processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos.

Schemberg (2008) comparou a visão de pais e professores acerca da educação escolar e letramento de alunos surdos e verificou que, mediante o contexto da inclusão de alunos surdos, existe ainda um desconhecimento por parte de professores sobre a surdez e a língua de sinais, o que pressupõe uma contradição entre a proposta de educação inclusiva e a realidade efetiva desse processo. A autora concluiu, referente a essa temática, que grande parte dos discursos de professores sobre o fracasso escolar de alunos surdos, está vinculado às limitações desses alunos, referenciando novamente a visão da deficiência, desconsiderando o respeito e o reconhecimento às diferenças linguísticas desses sujeitos.

Com relação às pesquisas que falam da inclusão, a partir da visão dos surdos, Cruz e Dias (2009) realizaram um estudo com sete surdos universitários, a fim de verificar a trajetória escolar desses alunos no ensino superior, evidenciando suas possibilidades e desafios. Após entrevista com eles, os autores concluíram que, mesmo inseridos no ensino superior, esses alunos enfrentaram situações de dificuldades e impedimentos, tendo que se responsabilizar por atividades extra-classe para a reposição de notas, evidenciando a imposição da responsabilidade escolar, única e exclusivamente, ao surdo. Conforme

mencionam Cruz e Dias, “a escola se organiza de acordo com os interesses e necessidades dos ouvintes, isto é: não há uma língua compartilhada com os alunos surdos, não há intérprete português-Libras, não há contexto bicultural, não há interlocução na escola” (p. 65).

Neste mesmo estudo, os autores mencionam que existe um discurso de transformação nas condições educacionais de alunos surdos no ensino superior, atrelado ao direito da presença da Libras nas escolas, intermediado pela figura de um intérprete de língua de sinais. Entretanto, a presença desse profissional não parece ser suficiente para que a inclusão desses alunos se torne realmente efetiva. Os autores apontam para a necessidade de apoio do professor, do ensino da Libras e da aproximação da escola à comunidade e cultura surda. De acordo com eles, uma escola inclusiva só se faz por meio da inter-relação entre os sujeitos envolvidos em seu contexto escolar, através da utilização de uma língua em comum.

Melo (2010), ao abordar a experiência de alunos surdos no ensino regular, pontua essa prática como exclusão, à medida que desconsidera a realidade linguística do aluno surdo, já que o mesmo limita sua comunicação à figura do intérprete, além de perceber nesses alunos, uma insatisfação quanto ao seu processo educacional, e uma inquietação quanto à prática pedagógica adotada na sala de aula.

Tendo em vista os resultados das pesquisas relacionadas acima, percebe-se que o processo de inclusão escolar dos surdos está longe de ser efetivo. Aos surdos é assegurado o direito de matricular-se no ensino regular, porém, inseri-los nesse contexto educacional não significa incluí-los efetivamente nesse processo.

Com base no exposto acima, o objetivo dessa pesquisa foi apresentar sugestões de professores, intérpretes, pais e alunos surdos para a melhoria do processo de inclusão educacional de surdos no ensino regular.

Método

Essa pesquisa foi desenvolvida com alunos surdos matriculados no ensino regular do município de Medianeira/PR, e seus intérpretes, professores e familiares, ou seja, com quatro grupos de sujeitos. Faz parte da dissertação intitulada “A inclusão do sujeito surdo no ensino regular do ponto de vista de alunos surdos, familiares, professores e intérpretes” (EYNG, 2012).

Fizeram parte da pesquisa três escolas, as quais possuem surdos matriculados no ensino regular, tendo participado da pesquisa 58 sujeitos no total, sendo 18 alunos, 18 familiares, 8 intérpretes e 14 professores.

Cada grupo de sujeitos respondeu individualmente a um questionário a respeito da inclusão de alunos surdos no ensino regular, sendo que nesse trabalho apresentaremos apenas as sugestões dadas por cada grupo à respeito da melhoria do processo de inclusão.

Os dados da pesquisa foram agrupados de forma quantitativa na sua apresentação, tendo sido discutidos, qualitativamente.

A presente pesquisa foi aprovada pelo do Comitê de Ética da Faculdade Assis Gurgacz – FAG, parecer nº 148/2011. Todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, onde constavam os benefícios da pesquisa, assegurando o sigilo das informações coletadas e a possibilidade de desistência, caso o participante optasse.

Resultados e Discussão

A tabela 1 foi estruturada, com o intuito de apresentar quantitativamente as sugestões dos sujeitos da pesquisa, por categorias de análise.

Conforme descrito na tabela 1, as principais sugestões apontadas por 21 sujeitos da pesquisa estão relacionadas à necessidade de preparar e capacitar professores e funcionários para receber o aluno surdo na escola.

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS SUGESTÕES DOS SUJEITOS DA PESQUISA PARA A MELHORIA DO PROCESSO DE INCLUSÃO DE SURDOS

SUGESTÕES	ALUN	FAMI	PROF	INTER	TOTAL
Capacitar professores e funcionários para atuar com o aluno surdo e promover a inclusão	5	2	11	3	21
Aplicar metodologia mais visual com o surdo	-	-	6	7	13
Libras no currículo escolar e de formação de docentes	-	2	3	3	8
Maior aceitação do surdo pela comunidade escolar	1	1	2	1	5
Envolver o aluno surdo em todas as atividades	1	1	-	2	4
Promover avaliação diferenciada para o surdo	1	-	-	3	4
Maior comprometimento e apoio dos órgãos superiores	-	-	3	1	4
Oferecer reforço escolar para o aluno surdo	-	2	1	-	3
Avaliar constantemente o processo de apropriação do conhecimento pelo aluno surdo	-	-	2	-	2
Não responderam	10	10	-	-	20

FONTE: A autora

É interessante observar que essa sugestão foi pontuada por 11 professores, demonstrando que apesar de já atuarem com alunos surdos em sala de aula ainda esperam receber qualificação. Ao que parece esses professores não foram buscar capacitação por si só e estão aguardando algum movimento do Estado ou do município para se capacitar. É fato que cabe ao Estado o apoio técnico na implementação da proposta de inclusão, no entanto, o que se verifica, é que muitos professores permanecem no comodismo, apenas esperando pela oferta, sem optar pela busca de medidas simples e acessíveis que venham a contribuir para uma melhoria no processo educacional do aluno

surdo. Uma forma prática, e que pode ser realizada individualmente, é a busca na internet das legislações e textos disponíveis, no próprio site do ministério da educação e em tantos outros que explicitam pesquisas nesta área.

Nessa mesma questão, 13 sujeitos, dentre intérpretes e professores, sugeriram mudanças na metodologia de ensino, que segundo eles, deveria ser organizada de forma mais visual, para contemplar a realidade do aluno surdo. Esse dado evidencia, que mesmo que alguns sujeitos já utilizem estratégias mais visuais para trabalhar com os surdos, ainda há professores que não utilizam nenhuma estratégia específica com esses

alunos, evidenciando o quanto esse processo está ainda incipiente, pois essa situação contempla premissa essencial na educação de surdos.

O que parece acontecer, é que a comunidade escolar não está se reunindo para discutir questões referentes à avaliação e metodologia. Talvez o professor acredite estar fazendo uso de metodologias diferenciadas, porém estas, não estão contemplando a realidade e a necessidade educacional de alunos surdos. Parece ser necessário, que a escola promova momentos de reflexão e discussão, no intuito de aprimorar o processo educacional desses alunos, que até então, tem demonstrado apresentar diversas lacunas.

A sugestão de implantação da Libras no currículo escolar e de formação de docentes foi apontada 8 vezes, por familiares, intérpretes e professores, evidenciando a percepção dos sujeitos com relação à necessidade do conhecimento dessa língua pela comunidade escolar.

Melo (2010), descreve que a proposta de inclusão escolar de surdos tem-se colocado na prática, mais próxima à exclusão desses alunos, principalmente no que se refere à sua particularidade linguística, a qual não é compartilhada no espaço escolar, conforme prevê a proposta de educação bilíngue.

De fato, uma proposta educacional que atenda a condição linguística de todos os alunos, e o conhecimento da língua de sinais por todos os sujeitos

envolvidos no processo educacional do surdo, auxiliaria de forma significativa no processo de inclusão escolar desses sujeitos.

Também foi sugerido por 5 sujeitos uma maior aceitação do surdo pela comunidade escolar. Esse aspecto merece destaque, pois, a aceitação da surdez é condição básica para atender as premissas da proposta de educação inclusiva, ou, será que as escolas estão recebendo e matriculando os alunos surdos, apenas em função da lei?

A aceitação da surdez como diferença e o respeito às particularidades linguístico-culturais do surdo, são condições básicas e também o ponto de partida para uma inclusão escolar efetiva. Schemberg (2008) aponta que os professores de sua pesquisa quando questionados sobre a aceitação da surdez referem a limitação do aluno surdo, o que evidencia a presença da concepção da deficiência nesse sujeito. Ou seja, para esses professores, é difícil aceitar o aluno surdo, já que acreditam que esse aluno possui além da surdez um déficit cognitivo que o impede de receber a informação, como os alunos ouvintes a recebem.

Outra sugestão apresentada por quatro sujeitos, dentre alunos, familiares e intérpretes, referiu-se ao envolvimento de alunos surdos em todas as atividades escolares. Essa questão remete o leitor a uma indagação: alunos surdos não participam integralmente de todas as

atividades escolares, assim como os ouvintes? Como é possível envolver um grupo de alunos em uma atividade e ao mesmo tempo solicitar que um – surdo – se mantenha a mercê dessa atividade?

Mediante essa sugestão é possível perceber o quanto o processo inclusivo é ainda, obscuro para a escola, pois ao mesmo tempo em que ela recebe esse aluno, pouco faz para que esse aluno se sinta realmente incluído participante do contexto escolar. Ressalta-se que, não cabe a essa pesquisa elencar um responsável por essa não inclusão de alunos surdos, mas sim remeter o leitor a refletir sobre o contexto escolar em que esse aluno está inserido e os meandros que permeiam sua relação educacional.

Foi sugerido ainda por três professores e um intérprete, participantes dessa pesquisa, um maior comprometimento e apoio de órgãos superiores com a adoção de Políticas Públicas para a questão da inclusão. Novamente nessa questão, percebe-se que os intérpretes e professores tendem a cobrar do Estado e dos municípios um maior comprometimento. Mas será que esses grupos estão realmente comprometidos com a inclusão e estão buscando alternativas próprias para melhorar esse processo?

Outra das sugestões apresentadas por 3 sujeitos da pesquisa, sendo 2 familiares, e 1 professor, diz respeito à oferta de reforço escolar para o aluno surdo.

Essa questão demonstra que existe uma manifestação (pequena, mas existe!) de familiares, referindo que, se há a necessidade de atendimento educacional especializado, é porque a escola não está contemplando a prática educacional com o aluno surdo. Ou ainda, que por possuir uma perda auditiva esses alunos precisam de outro atendimento no contra turno para dar conta de suas questões escolares.

O Ministério da Educação em parceria com as Secretarias de Estado da Educação implantaram, desde 2005, os Centros de Apoio ao Surdo – CAS, que tem por objetivo oferecer atendimento a alunos surdos, bem como capacitar profissionais para atuarem com esses alunos. Sua principal meta é qualificar profissionais da educação, elaborar material didático específico para a educação bilíngue e apoiar os alunos incluídos no sistema regular de ensino.

Essa proposta do MEC remete novamente à questão da educação bilíngue e da necessidade de utilização de uma língua em comum com o aluno surdo. Certamente, uma reorganização do sistema educacional, associada a uma educação bilíngue aos surdos, contemplaria a proposta de inclusão escolar dessa categoria e assim os alunos não necessitariam de atendimento educacional especializado.

Além dessas sugestões, alguns sujeitos elencaram que deveria existir mais material de apoio para trabalhar

com surdez; que houvesse uma redução do número total de alunos em sala de aula, quando o professor tivesse um surdo; mais intérpretes nas escolas; e mais adaptações curriculares que atendessem a realidade desse aluno.

Outra sugestão importante, apontada apenas por dois, dos 58 sujeitos da pesquisa, sendo eles professores, refere-se à necessidade de avaliar constantemente o processo de apropriação do conhecimento pelo aluno surdo. Sugestão essa, que demonstra que alguns sujeitos têm a percepção de que possuem responsabilidade sobre o processo educacional do aluno surdo, pois, para assegurar um bom desempenho escolar a esse aluno, essa avaliação contínua é de suma necessidade.

Um dado importante a ser ressaltado na pesquisa, é o fato de que 20 sujeitos, dentre o grupo de familiares e de alunos, não contribuíram com sugestões para a melhoria nesse processo de educação inclusiva.

Essa constatação demonstra que, existe uma percepção de professores e intérpretes de que precisa haver mudanças, para que a inclusão escolar desses alunos aconteça na prática, mas parece que essa percepção não está presente nos alunos e familiares, pois não sugerem mudanças.

O que parece acontecer, é que esse grupo não se considera “convidado” a discutir sobre inclusão, ou ainda, possui total desconhecimento a respeito desse

processo. Talvez exista neles, um receio de “perder” um espaço que consideram ter conquistado – o ensino regular –, no entanto, acredita-se que tal grupo não compreendeu a importância de suas contribuições e sugestões para melhorar essa realidade educacional, além de não ter a percepção de que o intuito dessa pesquisa era refletir sobre as lacunas que se colocam na prática da inclusão escolar de alunos surdos, e apontar, justamente, sugestões para que se efetive uma melhora nesse processo.

Sabe-se que a inclusão escolar de alunos surdos não está acontecendo plenamente, no entanto, por se tratar de um processo ainda em construção, cabe a comunidade escolar, em conjunto com o Estado e a sociedade civil, participar desse processo, com sugestões e até reclamações, pois se trata da escolarização desses sujeitos, e isso requer desempenho dele próprio, da escola, de órgãos superiores e apoio da família nessa trajetória. Discussões e trocas entre a comunidade escolar, só acarretam ganhos no desenvolvimento de alunos surdos, que hoje, encontram-se apenas matriculados no ensino regular.

Conclusões

Levando-se em consideração o objetivo deste trabalho, que foi apresentar sugestões de professores,

intérpretes, pais e alunos surdos para a melhoria do processo de inclusão educacional de surdos no ensino regular, foi possível perceber, no que tange aos familiares e alunos surdos, que a maioria prefere não posicionar-se com relação ao seu processo escolar ou de seu familiar surdo. Isso demonstra que, essa população parece não perceber os percalços da inclusão escolar, ou que, apenas o fato da escola matricular os surdos e disponibilizar um intérprete, é suficiente para que a proposta inclusiva seja vista como bem sucedida.

Que esse processo não acontece com os surdos de forma eficaz, isso é fato, assim como já demonstrado em pesquisas anteriores. No entanto, acredita-se que a comunidade escolar deve se abrir, para receber profissionais e sugestões que venham a somar, pois essa realidade, da não inclusão, não contempla apenas o município de Medianeira, mas sim, vários outros municípios.

Nesse sentido, acredita-se que, os alunos surdos, matriculados no ensino regular devem participar de momentos de discussão junto à escola, a fim de que contribuam com o processo, expondo sua realidade, os pontos positivos adotados pela escola e principalmente, as dificuldades que limitam seu desempenho escolar.

A família, por sua vez, deve se mostrar mais ativa e participante, não apenas esperando que a escola tome decisões a respeito de seus parentes surdos. Assim,

cabe aos pais e irmãos acompanhar a apropriação de conhecimentos do surdo em casa, verificando o seu desempenho escolar.

E principalmente, cabe a escola oferecer suporte ao aluno surdo e à família, convidando-os a participar do processo de reorganização escolar para a implementação da proposta de inclusão, e oferecendo momentos de discussão em conjunto (escola e família), abrindo para os pais, irmãos e alunos surdos a possibilidade de contribuir com sugestões para que essa proposta se efetive, de fato.

Enquanto essa reorganização do espaço escolar não ocorre, cabe aos professores uma busca por metodologias e adaptações curriculares para a melhoria desse processo. Pois, assim como a família e os intérpretes, o professor também deve comprometer-se, na busca por capacitação, de forma que, cada vez mais, o surdo se sinta integrado e incluído no contexto escolar.

Dessa forma, é possível afirmar que, a pesquisa demonstrou a importância da participação de toda a comunidade escolar na proposta inclusiva desses alunos, e isso inclui a família e os próprios surdos. Que o caminho a ser trilhado é repleto de desafios é fato, no entanto, à medida que cada sujeito se considera participante desse processo e assume a sua parcela de responsabilidade, na prática, a educação dos surdos pode tornar-se mais efetiva.

Referências

- BERVIG, C.E. *Políticas educacionais de inclusão de alunos surdos na educação básica e a formação de professores*. 2010. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Paraná, Curitiba, 2010.
- CAMAROTTI, A.T. *Educação de surdos: a escola pela perspectiva da família*. 2007. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro Universitário Moura Lacerda, São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.
- CRUZ, J.I.G.; DIAS, T.R.S. Trajetória escolar do surdo no ensino superior: condições e possibilidades. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 15, n.1, p. 65-80, 2009.
- EYNG, D.B. *A inclusão do sujeito surdo no ensino regular do ponto de vista de alunos surdos, familiares, professores e intérpretes*. 2012. 126f. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Distúrbios da Comunicação, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2012.
- GUARINELLO, A.C. *O papel do outro na escrita de sujeitos surdos*. 1 ed. São Paulo: Plexus, 2007.
- GUARINELLO, A.C.; MASSI G.; BERBERIAN, A.P. Surdez e linguagem escrita: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 13, n. 2, p. 205-218, 2007.
- GUARINELLO, A.C.; SANTANA, A.P.; FIGUEIREDO, L.C.; MASSI, G. O intérprete universitário da Língua Brasileira de Sinais na Cidade de Curitiba. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Marília, v. 14, n. 1, p. 63-74, 2008.
- MARTINS, D.A.; MACHADO V.L.C. Educação bilíngue para surdos: um olhar a partir da trajetória de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais. *Educação Temática Digital*. São Paulo, Campinas, v. 11, n. 1, p.234-254, 2009.
- MELO, M.G.C. *Avaliação da aprendizagem do(a) aluno(a) surdo(a): (im)possibilidades na escola regular*. 2010. 110f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, João Pessoa, 2010.
- SANTOS, P.T. *A atuação do intérprete educacional no ensino fundamental*. 2009. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- SCHEMBERG, S. *Educação escolar e letramento de surdos: reflexões a partir da visão dos pais e professores*. 2008. 184f. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação). Universidade Tuiuti do Paraná, Paraná, Curitiba, 2008.
- TENOR, A.C. *A inclusão do aluno surdo no ensino regular na perspectiva de professores da rede municipal de ensino de Botucatu*. 2008. 117f. Dissertação (Mestrado em Fonoaudiologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- VIEIRA, F.B.A. *O aluno surdo em classe regular: concepções e práticas dos professores*. 2008. 196f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, Natal, 2008.